

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Após diesel, governo lança ações de olho em caminhoneiros	2
Título: Estatal pode converter dívida para construção de Angra 3.....	4
Título: Sob incertezas, previsão de déficit é elevada	5
Título: Cessão onerosa demanda aval Legislativo, diz secretário	8
Título: Liderança 'espontânea', Chorão conquista apoiadores.....	9
Título: Intervenção foi percalço, diz Maia.....	11
Título: Destaques	11
Título: Mitsui prevê que Brasil será maior do mundo em geração solar distribuída.....	12
Título: Ana Veloso deve voltar ao comando da Light.....	14
Título: Canadense Lundin compra mina por US\$ 1 bi em Goiás	15
Título: Doria diz que Petrobras deveria ter consultado governo sobre diesel	16
Título: MPs sobre energia e FGTS devem passar	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Governo pretende alterar política de preços da Petrobrás.....	20
Título: Governo aceita dividir pré-sal com Estados.....	22
Título: Maduro amplia feriado de Páscoa para poupar luz.....	22
Título: Bolsonaro e os caminhoneiros.....	23
Título: Diesel pode levar Caixa a adiar oferta da Petrobrás.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	26
Título: Governo prepara pacote que tenta aliviar queixas dos caminhoneiros.....	26
Título: Governo federal prevê rombo fiscal maior em 2020.....	28
Título: Petrobras corta patrocínio de 13 projetos, entre eles Mostra de SP	29

VEÍCULO:	O Globo	31
Título:	Aceno ao caminhoneiro	31
Título:	'Para autônomo, tabela de frete e tiro no pé'	34
Título:	Maia: suspensão do reajuste do diesel é 'percalço'	35
Título:	Investidor está desanimado.....	36
Título:	Única saída aceitável para o diesel é técnica.....	38
Título:	Reféns do senso comum	39
Título:	O custo da desconfiança	40
Título:	QUEM DIRIA? O PT APOIOU BOLSONARO	41
VEÍCULO:	Correio Braziliense	42
Título:	Para acalmar caminhoneiros	42
Título:	Ibovespa sobe 0,22%	43
Título:	Brasil: refém do asfalto	44

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa e Carla Araújo | De Brasília

Título: Após diesel, governo lança ações de olho em caminhoneiros

O governo anuncia, hoje pela manhã, um conjunto de medidas "estruturantes" para melhorar as condições gerais dos transportes rodoviários no país, em uma pauta que vai além do aumento do preço do diesel. Depois de suspender, na semana passada, o reajuste de 5,7% no diesel, que havia sido anunciado pela Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro convocou para hoje uma reunião com ministros e técnicos da estatal para conhecer em detalhes a necessidade do aumento de preços e a estrutura de produção e revenda de combustíveis.

O governo está muito preocupado com a ameaça de uma nova greve dos caminhoneiros, que considera uma questão de segurança nacional. Esse foi o

principal assunto da conversa de Bolsonaro com o vice, Hamilton Mourão, a quem visitou na manhã de domingo. Mourão estava de repouso, com tendinite.

Ambos sabem que o governo não pode ficar refém de um movimento dos caminhoneiros e têm, como estratégia de mais longo prazo, a quebra do monopólio da Petrobras no refino, assim como investimentos em ferrovias. Para o curto prazo, as medidas que serão divulgadas hoje pelo ministro Tarcísio Freitas, da Infraestrutura, são relacionadas a melhoria das condições das rodovias, tais como a conclusão das obras nas BR-163 e BR-242.

O governo vai retomar, também, as demandas não atendidas nas negociações do ano passado. Bolsonaro anunciou recentemente a criação do cartão do caminhoneiro, com o qual o profissional poderá abastecer até 500 litros de diesel pelo preço inicialmente contratado. Haverá, também, o maior controle da "indústria" da multa por radares; o aumento da fiscalização do cumprimento da tabela do frete; e a construção dos locais de repouso nas rodovias pedagiadas.

Ontem, após quatro horas de reunião na Casa Civil, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, garantiu que a política de preços dos combustíveis "é uma decisão empresarial, não uma decisão de governo" e que a empresa "é livre" para deliberar sobre o tema. Não foi o que aconteceu na semana passada. Nos bastidores, auxiliares de Bolsonaro indicavam que sempre haverá algum grau de intervenção nesse assunto. Este governo está longe de ser "keynesiano", mas tampouco é "John Locke puro", disse uma fonte do Planalto.

Castello Branco ressaltou que a estatal chegou a um limite nas concessões que pode fazer a respeito da política de preços do diesel, ao concordar com reajustes quinzenais; e o cartão do caminhoneiro vai permitir aos profissionais comprar o combustível a um preço fixo.

O executivo negou que tenha sido intervencionista a postura de Bolsonaro, que na semana passada segurou um reajuste no preço do diesel. Isso porque, segundo ele, quem decidiu barrar a alta no fim das contas foi a diretoria da empresa, e não o presidente.

"Ninguém ordenou à Petrobras que não reajustasse; o presidente alertou para os riscos [de aumentar o preço do produto]", disse.

Além de Castello Branco e de Onyx Lorenzoni, participaram da reunião os ministros **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**; Tarcísio Freitas (Infraestrutura); Paulo Guedes (Economia); Santos Cruz (Secretaria de Governo); e Floriano Peixoto (Secretaria-Geral), e o presidente do BNDES, Joaquim Levy.

O temor de uma nova greve de caminhoneiros preocupa Bolsonaro desde o período de transição. "Foi a escolha de Sofia", disse um interlocutor sobre a

decisão do presidente de pedir para a Petrobras segurar temporariamente o reajuste do diesel.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | De Sochi, Rússia

Título: Estatal pode converter dívida para construção de Angra 3

A Eletronuclear pode converter a dívida que possui com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a construção de Angra 3 em participação em uma futura sociedade de propósito específico (SPE) a ser formada para a conclusão da usina, incluindo um sócio estrangeiro estratégico. A alternativa é um dos cenários estudados e apresentados pela estatal aos potenciais parceiros para a conclusão da terceira usina nuclear brasileira.

A Eletronuclear possui um financiamento de R\$ 6,15 bilhões com o BNDES. Desse total, foram sacados R\$ 2,8 bilhões. As liberações de crédito foram suspensas em junho de 2015, três meses antes da interrupção das obras por falta de pagamento a fornecedores. O problema se agravou em seguida, com a deflagração de operação da Polícia Federal para investigar indícios de irregularidades em contratos do empreendimento, no âmbito da força-tarefa da Lava-Jato. Cerca de 65% das obras de Angra 3 foram concluídas. Procurado, o BNDES disse que não iria se pronunciar.

No início de abril, a Eletronuclear enviou carta-convite de "market sounding" para os potenciais parceiros, a fim de colher sugestões para a elaboração do modelo societário para a conclusão de Angra 3. A expectativa é que os interessados enviem suas contribuições até o fim deste mês. O modelo final deve ser definido ainda no primeiro semestre, para ser lançado um edital de concorrência internacional no segundo semestre.

O **Valor** apurou que há uma variedade de cenários projetados pela Eletronuclear. Os três principais são a criação de uma SPE para o projeto de Angra 3, sendo a estatal brasileira majoritária, e o sócio estrangeiro, minoritário; a contratação do parceiro estrangeiro em um contrato de EPC, mantendo a Eletronuclear com 100% de participação na usina; e a entrada do parceiro no capital da própria Eletronuclear, com uma participação minoritária na subsidiária da Eletrobras.

Não se sabe qual seria a participação do BNDES, na hipótese de conversão de dívidas em capital. O projeto consumiu investimentos de R\$ 13 bilhões. Segundo estimativas do governo, ainda são necessários mais R\$ 15,5 bilhões.

Como a Eletrobras e o governo não dispõem de recursos para concluir o empreendimento, a ideia é atrair um parceiro estrangeiro. Foram enviadas carta-convites para sete empresas: Westinghouse (Estados Unidos), EDF (França), Rosatom (Rússia), Kepco (Coreia do Sul) e as chinesas CNNC, SNPTC e CGN.

Na semana passada, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, reafirmou que a conclusão de Angra 3 é uma das medidas prioritárias do governo, durante balanço dos primeiros cem dias do governo Bolsonaro. Ele reafirmou que a meta para início de operação da usina é janeiro de 2026. Em nota, o Ministério de Minas e Energia afirmou: "Conforme estabelecido na Resolução nº 14 de 9 de outubro de 2018, as ações necessárias para viabilização de Angra 3 serão discutidas no âmbito do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos [PPI]".

A conclusão de Angra 3 é um dos projetos nucleares comentados na Atom Expo 2019, feira e congresso da indústria nuclear mundial, realizado em Sochi, na Rússia. Entre os temas do encontro, iniciado nesta segunda-feira, está o papel da fonte nuclear na expansão da oferta de energia mundial e na redução das emissões de gases do efeito estufa.

"Energia é importante, mas não a qualquer custo, de qualquer tipo. Precisamos de fontes de energia seguras e amigáveis ambientalmente. Para nós, é importante não só resolver os problemas que temos hoje, mas garantir uma vida melhor para nossos filhos", disse Sergei Kirienko, primeiro vice-chefe da administração da Presidência da Rússia e presidente do conselho de administração da Rosatom.

O repórter viajou a convite da Rosatom

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Ana Krüger | De Brasília

Título: Sob incertezas, previsão de déficit é elevada

O Ministério da Economia observa um comportamento ainda desafiador das receitas e por isso enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias (PLDO) de 2020 com uma meta de déficit de R\$ 124,1 bilhões para o governo central. O número é pior do que o previsto um ano atrás (rombo de R\$ 110 bilhões) e é calculado mesmo contemplando proibição de reajuste para servidores civis, ausência de concursos públicos e salário mínimo sem aumento real.

Segundo técnicos do governo, o principal fator para a piora vem do lado da arrecadação - que tem mostrado uma "anomalia" nos últimos anos. A receita primária total caiu de 21,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 para uma previsão de 21,13% em 2019. Para 2020, o número considerado na PLDO foi de 20,86% (ou R\$ 1,643 trilhão).

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que a queda da receita em relação ao PIB vem acontecendo anualmente. "Estamos vendo queda absolutamente brutal da arrecadação, o que é uma certa anomalia. Quando a economia começa a crescer, o normal é crescer um pouco ou permanecer constante em relação ao PIB. Mas estamos perdendo arrecadação ano a ano", disse.

Questionado sobre o motivo desse comportamento, o secretário citou como uma das possíveis causas os benefícios tributários concedidos hoje pelo país. Ele afirmou que o ministério já estuda o tema e que o resultado do trabalho pode melhorar as receitas e, em consequência, o resultado primário previsto. "O que agravou [a meta de 2020] é que estamos perdendo receita em relação ao PIB. Precisamos recuperar essa arrecadação", disse.

Além da revisão de benefícios, a equipe econômica aponta outras possibilidades de aumento da receita: a melhora no lucro de estatais que pagam dividendos ao Tesouro (impulsionado por planos de desinvestimento), a elevação recente do preço do barril de petróleo no mercado internacional (que impulsiona os royalties da União) e o próprio leilão de excedentes da cessão onerosa previsto para outubro.

A preocupação com as receitas foi expressa mesmo com projeções de crescimento maior para a economia nos próximos anos. O governo prevê um avanço de 2,2% para o PIB em 2019, mas para 2020 calcula 2,7%. Para 2021, 2,6%. E para 2022, 2,5%.

Já as despesas mostram retração. Em proporção do PIB, o número caiu de 19,8% em 2018 para 19,32% na previsão de 2019 e 18,74% em 2020. Contribui para isso a proibição na PLDO de reajustes e concursos no serviço público - com

exceção da área militar, por causa da reforma da Previdência enviada ao Congresso (que contempla reajuste para a carreira).

O governo revelou na PLDO a previsão oficial de déficit até 2022 - mesmo após o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter falado em zerar o rombo das contas públicas ainda em 2019.

Questionado sobre a contradição, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que os números são conservadores e podem ser melhorados por fatores como o avanço da economia e ações legislativas.

"Os números representam transparência, cautela e zelo com política fiscal. Estamos atendendo a legislação vigente e temos perspectiva de que números serão melhorados substancialmente à medida que ações de altíssimo impacto fiscal sejam aprovadas, como a reforma da Previdência", disse.

Como em 2019, o PLDO vai prever novamente um pedido de crédito adicional para atender a regra de ouro - mas com uma novidade. Segundo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, será solicitado ao Congresso só o necessário para atender à norma, e o montante exato será verificado no começo de 2020 por meio dos relatórios de avaliação de receitas e despesas.

Trata-se de uma alteração em relação a 2019, já que neste ano o governo entende precisar pedir aos parlamentares crédito correspondente a todo o montante originalmente previsto (de R\$ 248,9 bilhões) - mesmo que as previsões já apontem que menos que isso será usado.

Também vai contribuir para o atendimento da regra de ouro o pagamento de R\$ 126 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) ao Tesouro, já solicitado à instituição. Somente isso deve diminuir a dívida bruta do governo geral em 0,7 ponto percentual em relação ao PIB. Atualmente, o indicador está em 77,4%.

Enquanto busca melhorar os indicadores fiscais, um fator pode impactar as contas neste ano. Questionado se há possibilidade de criar subsídio ou um imposto variável para conter o preço do diesel diante de uma possível greve dos caminhoneiros, Waldery disse que o ministério tem estudado alternativas. "Agimos de maneira preventiva. Estudos estão sendo feitos em todas as perspectivas. O anúncio, se e quando ocorrer, será feito pelo ministro Paulo Guedes", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Fábio Pupo e Ana Krüger | De Brasília****Título: Cessão onerosa demanda aval Legislativo, diz secretário**

O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, afirmou que o governo não vê necessidade de aval do Legislativo para assinar o contrato com a Petrobras que abre caminho para a exploração privada do pré-sal. Apesar disso, ele afirmou ser preciso respaldo parlamentar para efetuar o pagamento de US\$ 9 bilhões à estatal pela revisão dos termos. E também admitiu a partilha com Estados e municípios dos recursos a serem obtidos com o leilão de excedentes decorrentes da renegociação, previsto para este ano.

O pagamento à Petrobras representa uma despesa primária que deve estourar o limite imposto pelo teto de gastos deste ano e que também não está previsto no Orçamento. Por isso, é necessário aval do Legislativo para a execução. "Precisamos do Congresso para fazer o pagamento, é um fato. Estamos em diálogo", resumiu.

O ministério ainda discute qual instrumento legal solicitará ao Parlamento. "Se for alteração do teto, é PEC [proposta de emenda constitucional]. Se for abertura de crédito extraordinário, um PL [projeto de lei]. Ainda está em discussão", disse.

Embora Waldery tenha dispensado aprovação do Legislativo para a assinatura do contrato, a posição contraria o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Waldery afirma que três medidas devem ser necessárias no processo. Uma voltada ao teto de gastos, outra para abrir um crédito adicional para o pagamento e uma terceira para fazer a transferência dos recursos do futuro leilão para entes subnacionais. "As três estão sendo tratadas em conjunto. Pode [ser um instrumento legal só]. Estamos em diálogo com o Congresso e com TCU para que decisões sejam tomadas com maior assertividade e respeito a contratos e legislações. A discussão está sendo feita em conjunto", disse.

Segundo ele, o pagamento à Petrobras vai ser feito atendendo a existência de condições orçamentárias e financeiras. "E [o governo] o fará, porque temos todas as perspectivas e temos forte convicção de que leilão será feito em

outubro e terá forte procura", disse ele, mencionando ter checado o apetite com a dez maiores petroleiras do mundo. "Nossa perspectiva é de pagamento [à Petrobras] em 2019", disse. "Existe um calendário exigente, mas entendemos possível esse recebimento da receita primária [do leilão] em 2019 e pagamento em 2019", disse.

Segundo Waldery, a discussão no Congresso no ano passado foi incompleta. Os números usados na discussão em 2018, como o de uma receita de R\$ 100 bilhões, não tinha embasamento técnico. "Pode ser mais ou menos. O que sabemos é que os campos são altamente demandados", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Leila Souza Lima | De São Paulo

Título: Liderança 'espontânea', Chorão conquista apoiadores

Wallace Landim, o Chorão, caminhoneiro que despontou como liderança em Brasília desde a greve de maio de 2018, conta com forte apoio da categoria tanto no Porto de Santos (SP) quanto no Sul Fluminense (RJ) - regiões onde a paralisação nacional produziu perdas econômicas em cadeia. O vácuo de representação deixado pelas entidades sindicais o transformou no principal interlocutor da classe com o governo, talvez até um nome político em ascensão.

José Cícero Rodrigues, diretor do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), conta que conseguiu, por influência de Chorão, o que tentou por anos sem sucesso: ser recebido pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

"Ele veio ao sindicato e perguntou: 'do que você precisa?'" , conta Rodrigues. "Respondi que tinha problemas para acessar a ANTT e participar das reuniões com autoridades para discutir piso do frete e combustíveis. Na semana seguinte, ele me colocou com a ANTT."

O sindicalista obteve da agência o compromisso com a fiscalização do piso mínimo em Santos, prevista para começar no dia 22. Ele diz que nunca havia conseguido se reunir com alguém em Brasília nem por iniciativa da Federação dos Caminhoneiros de Carga em Geral do Estado de São Paulo (Fetrabens) nem da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA).

Agora, conta, é convidado a participar de reuniões com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Na definição de Rodrigues, Chorão é uma liderança espontânea com grande capacidade de articulação.

O Sindicam tem cerca de 4 mil afiliados de três cooperativas e 11 associações, que se reuniram semanas atrás e decidiram não aderir a uma greve nacional no último dia 30, como vinha sendo discutido nos grupos de WhatsApp. Mas a política de preços do diesel é um ponto sensível e pode, segundo Rodrigues, ser motivação para greve se as políticas que impactam a classe não forem revistas.

"Resolvemos não parar por entender que o governo está dialogando, as portas estão abertas. E tudo o que foi negociado vem do governo passado. É preciso dar tempo para que se concretizem".

Além de funcionarem como um medidor das mobilizações, os grupos de WhatsApp circulam informações mais apuradas, como os preços dos combustíveis em países vizinhos. "Se cobram menos lá, os caminhoneiros daqui ficam muito insatisfeitos", diz Rodrigues, acrescentando que há algumas semanas o termômetro para uma possível paralisação estava elevado.

Para o sindicalista, a solução pode vir pela correção sistemática do frete. "Se sobe o diesel, é só aumentar o frete. É claro que vai ter impacto nas prateleiras. Isso vai bater no bolso do consumidor, mas não tem muito jeito."

A proposta está em consonância com o que pensa Francisco Wild, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas de Volta Redonda e Região Sul Fluminense (Sinditac-VR). "É só compensar com o frete. A categoria está confiante. A maioria aqui votou no [presidente Jair] Bolsonaro." Segundo ele, o cumprimento da tabela, com alguns embarcadores pagando até acima do piso da ANTT, tem sido um moderador na relação entre os caminhoneiros do Sul Fluminense e o governo.

Wild afirma, porém, que os trabalhadores locais estão atentos à agenda da categoria no país e veem em Wallace Landim uma liderança estratégica. "Ele mantém a pressão sobre a questão do diesel e para evitar retrocessos em pontos já negociados", diz.

Presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Vander Costa, voltou a afirmar que percebe uma mobilização descentralizada e minoritária entre os caminhoneiros que alimentam a ideia de nova paralisação. "Esse Chorão efetivamente tem acesso [a membros do governo Bolsonaro], mas ele não possui a liderança que ele fala que tem", observou.

José Cícero Rodrigues confirma que a categoria votou em peso em Bolsonaro, o que contribui para frear a deflagração de uma greve nacional imediata. Mas Wallace Landim, que foi candidato a deputado federal por Goiás pelo Podemos,

teria seu voto, se voltasse a concorrer a cargo político. "Se ele tem pretensões políticas, e acho que tem, não vejo nada demais. Para a categoria, ele trouxe muitas contribuições." **(Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Carolina Freitas e Hugo Passarelli | De São Paulo

Título: Intervenção foi percalço, diz Maia

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), classificou como um "percalço" a intervenção do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras, na semana passada, para segurar o reajuste no preço do óleo diesel.

"Essas soluções precisam ser muito bem pensadas. O custo de um erro pode gerar prejuízos muito maiores que a simples decisão de não mexer no preço a curto prazo", disse Maia, ao participar de evento em São Paulo. "A Petrobras perder R\$ 32 bilhões em valor não beneficia ninguém."

O parlamentar afirmou que, depois da atitude de sexta, nada que Bolsonaro decidir será propriamente positivo. "As consequências de uma intervenção de um governo liberal em uma empresa de capital aberto não serão positivas para ninguém, nem para os caminhoneiros." Bolsonaro justificou a decisão pela necessidade de agradar a categoria, que ano passado entrou em greve.

Maia alertou ainda para o perigo de se oferecer subsídios em início de governo. O ex-presidente Michel Temer o fez em 2018, mas nos seis meses finais no cargo. "Bolsonaro vai sustentar subsídio por três anos e nove meses?"

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Dividendos da Braskem I

O Tribunal de Justiça de Alagoas suspendeu a análise da distribuição de dividendos da Braskem, de R\$ 2,67 bilhões, referentes a 2018. A proposta estava prevista para ser avaliada hoje em assembleia geral ordinária. A decisão do desembargador Alcides Gusmão da Silva atendeu recurso do Ministério Público do Estado de Alagoas e da Defensoria Pública de Alagoas, que inicialmente pediram bloqueio de R\$ 6,7 bilhões para atender famílias afetadas por afundamento do solo em três bairros em Maceió, próximos à mineração de sal-gema da petroquímica. A Justiça acatou parcialmente o pedido e limitou a até R\$ 100 milhões.

Dividendos da Braskem II

A decisão do TJ de Alagoas pode levar ao atraso na distribuição dos dividendos. Caso a proposta não seja votada hoje, a companhia terá de realizar uma nova assembleia, cujo rito prevê que a convocação seja feita com 30 dias de antecedência. A Braskem informou apenas que foi comunicada da decisão do desembargador.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Mitsui prevê que Brasil será maior do mundo em geração solar distribuída

A trading japonesa Mitsui se tornou sócia minoritária da empresa de geração solar distribuída Órigo na semana passada, movimento que, embora pequeno em comparação com o porte do grupo, marca uma aposta da companhia nesse setor. "Achamos que o mercado de geração solar distribuída do Brasil pode ser o maior do mundo", disse, em entrevista ao **Valor**, Noriaki Watanabe, diretor do segmento de infraestrutura da companhia na América do Sul.

Foi com essa perspectiva que a Mitsui decidiu fazer um aporte na Órigo e ficar com 17% da companhia. "O investimento é pequeno, mas é um marco importante da nossa entrada nesse mercado, para que possamos capturar o crescimento futuro", disse Watanabe. As empresas não informaram o valor do negócio, mas projetos de geração distribuída são pequenos e o setor só começou a crescer nos últimos dois anos, o que indica que o aporte foi pequeno em comparação com outros investimentos da japonesa no Brasil. Segundo Watanabe, o mais importante para a Mitsui não é o tamanho do negócio hoje, "mas a entrada em um segmento que vai crescer no futuro."

No setor elétrico, a japonesa já tem um investimento relevante que é a participação de 20% na usina hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira (RO). No segmento de geração solar distribuída, a expectativa é de crescimento acelerado nos próximos anos, e o posicionamento na Órigo faz parte da estratégia da Mitsui de ter protagonismo nessa área.

"Temos no Brasil uma exposição de US\$ 8 bilhões investidos, isso é muito mesmo para o nosso tamanho. Significa que estamos comprometidos com o país no longo prazo e preparados, apesar de turbulências políticas e econômicas pontuais", afirmou Maasaki Hamamoto, responsável pelo segmento de infraestrutura da Mitsui no Brasil.

A japonesa vê oportunidades de ter sinergias com outros investimentos no Brasil. "Temos muitos investimentos em indústrias diversas no Brasil, então acessamos muitas companhias no país. Por isso, achamos que há boa sinergia entre a Órigo e a Mitsui", disse Watanabe. O executivo, contudo, não disse se as suas investidas no país poderão contratar os serviços da empresa de geração solar. "Não posso falar sobre companhias específicas", explicou.

As conversas entre a Mitsui e a Órigo começaram no segundo trimestre do ano passado, contou Surya Mendonça, presidente da geradora solar. "Queríamos atrair investidores para o Brasil, e a Mitsui se encaixou nisso por ter grande expertise em energia não só no país, mas também nos Estados Unidos e na Ásia", disse.

A Órigo tem hoje 16 megawatts (MW) em empreendimentos em geração solar distribuída instalados, e outros 20 MW em construção, todos em Minas Gerais. Segundo Mendonça, as instalações já atendem 300 clientes. A companhia constrói e opera fazendas solares de até 5 MW (tamanho limite para se enquadrarem em geração distribuída) e depois aluga lotes para consumidores de pequeno e médio porte situados na mesma área de concessão em que a usina está localizada. A energia gerada é injetada na rede, e os clientes recebem um desconto proporcional na conta de luz.

O setor de geração solar distribuída tem apresentado bom crescimento. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), até 11 de abril, havia 707,5 MW em potência instalada na modalidade. No ano, a expansão acumulada já soma 23,3%.

A continuação desse ritmo de crescimento depende, contudo, das discussões realizadas pela Aneel para aprimoramento das regras da geração distribuída. "Para nós, é importante haver uma regulação definida e que suporte a continuação do crescimento", disse Watanabe.

Segundo Mendonça, a expansão do setor tem sido grande, mas em cima de uma base inicial pequena. "A geração distribuída ainda representa menos de 1% da geração de energia no país. O governo precisa levar isso em conta e ver que ainda é cedo para grandes mudanças", afirmou. Para o presidente da Órigo, é fundamental dar previsibilidade aos investidores desses negócios.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ana Veloso deve voltar ao comando da Light

Quase dois anos depois de deixar a presidência da Light, Ana Marta Veloso foi convidada a voltar a comandar a companhia, apurou o **Valor** com fontes com conhecimento da situação. Ainda não há nada fechado. Neste momento, os sócios da Light negociam com a executiva as condições da sua contratação, que ainda deverá ter o aval do conselho de administração da companhia.

Segundo fontes, Ana Marta sempre foi um nome presente nas listas de recrutamento consideradas pela Cemig para a mudança do comando da Light, na qual tem 49,9% do capital social. Outros executivos chegaram a ser entrevistados, mas o convite formal foi feito à ex-presidente, que comandou a companhia entre dezembro de 2015 e junho de 2017. Se confirmada, ela assumirá no lugar de Luis Fernando Paroli, o mesmo que a substituiu há dois anos.

"A leitura de que o convite à Ana Marta significa que a Cemig vai desinvestir da companhia é correta, mas ela não venderá por qualquer preço", disse uma fonte. As ações da Light subiram 3,33% ontem em cima da expectativa do retorno da executiva, para R\$ 20,19.

A executiva pediu demissão do cargo em 2017, depois de um conflito com a Andrade Gutierrez, que, na época, ainda tinha uma participação relevante na Cemig. Segundo fontes, representantes da construtora no conselho de administração da Light marcavam oposição grande à gestão de Ana Marta. A gota d'água que causou o pedido de demissão teria sido um conflito entre a administração e os controladores sobre uma emissão de R\$ 400 milhões em debêntures pela companhia, para mitigar suas necessidades de capital.

Também havia conflito entre a administração e os sócios a respeito da intenção da Cemig de vender sua participação na Light. A executiva trabalhava com uma emissão primária de ações pela companhia, que levantaria recursos e diluiria a

participação da Cemig. A operação poderia ser acompanhada por uma oferta secundária. O negócio não andou, contudo. A administração atual da Cemig voltou a dar prioridade à venda da Light, que deve acontecer por meio de uma oferta subsequente de ações ("follow-on").

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Raquel Brandão | De São Paulo

Título: Canadense Lundin compra mina por US\$ 1 bi em Goiás

A Lundin Mining, mineradora canadense, começa a operar no Brasil. A companhia comprou toda a participação da também canadense Yamana Gold na Mineração Maracá, localizada em Goiás. O negócio deverá chegar a US\$ 1 bilhão, sendo que US\$ 800 milhões serão recursos do caixa da empresa e de uma linha de financiamento.

Com a mina em Goiás, a Lundin irá aumentar em 25% a sua produção mundial de cobre. A companhia tem operações no Chile, Estados Unidos, Portugal e Suécia produzindo principalmente cobre, níquel e zinco. Além disso, a Lundin Mining detém participação indireta de 24% no negócio Freeport Cobalt Oy, que inclui uma refinaria de cobalto localizada em Kokkola, na Finlândia.

A operação foi assessorada pelo escritório Veirano e segundo Pedro Garcia, sócio da área de mineração do escritório, deve ser concluída em até três meses. "O negócio fez muito sentido para as duas empresas. A Yamana pretendia se capitalizar e a Lundin expandir a sua produção. Esse é um ativo muito valioso", disse Garcia.

A Maracá é proprietária da mina de cobre e ouro Chapada, localizada na cidade de Alto Horizonte, em Goiás. A estimativa da Yamana para as reservas minerais de cobre da Chapada são de 664,6 toneladas com um teor médio de 0,25% de cobre e 0,16 grama por tonelada de ouro.

Em seus comunicados, as empresas informam que a Yamana pode receber pagamentos adicionais de até US\$ 125 milhões com base no preço do ouro ao longo de cinco anos e também US\$ 100 milhões pela construção de nova unidade produção. O acordo também prevê que a Yamana manterá taxa de

royalties de 2% na produção de ouro do projeto Suruca, no complexo da mina de cobre em Goiás.

Para Marie Inkster, presidente mundial da Lundin, a aquisição da Chapada complementa o atual portfólio de minas de alta qualidade da empresa.

"Destaca, ainda, nosso foco na alocação disciplinada de capital para criar valor de longo prazo para os acionistas. A Chapada é uma operação bem administrada e estabelecida com uma força de trabalho local experiente. Aproveitando nosso conhecimento técnico, foco em metais básicos e solidez financeira, acreditamos que existem mais oportunidades para criar valor significativo para as partes interessadas", disse por comunicado.

No comunicado, a Lundin informou que já existe um projeto para ampliar a produção da unidade de processamento de minério. "Espera-se que esta otimização, envolvendo a expansão do circuito de flotação de varredura, aumente as recuperações de cobre e ouro em 1,5% a 2,0%, com o comissionamento previsto para o segundo trimestre de 2019", informou a Lundin.

Segundo Garcia, do Veirano, a mina tem todas as licenças e relatórios de estabilidade das barragens concedidos. Após o desastre na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, no dia 25 de janeiro, esse é o primeiro negócio fechado em mineração no Brasil.

"A barragem é do método de alteamento à jusante, diferente das minas da Vale em Brumadinho e Mariana. Todas as licenças ambientais estão em conformidade com os órgãos públicos. A ideia é que a produção seja expandida em até três anos", disse Garcia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Doria diz que Petrobras deveria ter consultado governo sobre diesel

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), criticou a Petrobras durante o programa "Roda Viva", da "TV Cultura", na noite desta segunda-feira (15). Ele afirmou que a empresa de economia mista não deveria ter decidido fazer um aumento de 5,7% no preço do óleo diesel sem antes comunicar o governo federal. O aumento foi revogado por decisão do presidente Jair Bolsonaro na última sexta. O tema deve voltar a ser discutido nesta terça-feira (16).

“Faltou comunicação. Independência da Petrobras não significa silêncio. Ninguém pode tomar uma decisão como essa dentro de uma empresa sem dialogar antes com o acionista majoritário. E o acionista majoritário da Petrobras é o governo”, disse o tucano. Segundo Doria, “neste momento o aumento do óleo diesel poderia provocar uma enorme consternação”.

Sucessão paulistana

Na entrevista, Doria também afirmou que o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), terá seu apoio para disputar a reeleição na capital paulista. Covas sucedeu a Doria quando o atual governador se desincompatibilizou da prefeitura para disputar as eleições do ano passado, mas os dois haviam se distanciado depois que o prefeito fez uma série de mudanças no secretariado. “O PSDB terá candidato em São Paulo e naturalmente será o prefeito Bruno Covas. Nós bancamos o Bruno, fizemos chapa pura em 2016. Ele tem sido um bom sucessor e terá um período longo pela frente”, disse.

Previdência

Doria também mostrou-se confiante com a aprovação da reforma da Previdência nas duas casas do Congresso “até o fim de julho”, mas admitiu indiretamente alguma demora na tramitação. “Quem esperou por 13 anos o fim da era do PT pode esperar mais três meses”, afirmou. O governador demonstrou irritação com as articulações de integrantes do Centrão para retirar Estados e municípios do texto da emenda constitucional, em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

“Sou inteiramente contra, sei que todos os governadores são contra isso e não vamos silenciar. Vamos falar com nossas bancadas. Isso seria um desastre e não há a menor condição de ser aprovado”, disse.

Onde está o Paulo Skaf?

Doria cobrou do presidente da Fiesp, Paulo Skaf, e de outras lideranças empresariais, que deem apoio explícito à reforma da Previdência.

Questionado sobre a pouca presença dos empresários nos debates sobre a reforma, o que o governador paulista concordou, ele acrescentou: “Onde estão as manifestações da Fiesp? Por que o Paulo Skaf não aparece? Onde estão as outras lideranças empresariais?”, disse Doria.

Para Doria, o silêncio dessas lideranças “só ajuda quem não quer a reforma da Previdência e nem o bem do Brasil”.

“Não silenciem, tenham atitude, tenham coragem”, cobrou Doria em relação aos empresários.

Tributária

O governador também demonstrou incômodo com a antecipação do debate em relação à reforma tributária. “Agora não é a hora, agora é a hora da reforma da Previdência. Vamos deixar para o segundo semestre ou o começo do ano que vem”, disse.

Ford

O governador de São Paulo afirmou ainda que o fechamento da fábrica da Ford em São Bernardo não está sacramentada. A companhia americana anunciou em 19 de fevereiro que vai encerrar a produção na unidade que fica no ABC paulista.

Segundo Doria, essa questão não está definida e o governo paulista ainda tenta reverter a situação, sendo pela manutenção das atividades da Ford, seja pela compra da unidade por uma outra empresa.

“Até 10 de maio haverá uma novidade sobre isso, não deixaremos acontecer o fechamento”, disse Doria.

Doria se declarou contra a guerra fiscal entre os Estados brasileiros e defendeu o Incentivauto, programa do governo paulista que é destinado às montadoras e companhias do setor automotivo que estão instaladas em São Paulo.

Trem para Cumbica

O governador também afirmou durante a entrevista que será anunciada nos próximos dias, provavelmente em maio, uma solução para ligar o aeroporto internacional de Cumbica, em Guarulhos, à linha 13-Jade da CPTM.

A obra inaugurada por seu antecessor, Geraldo Alckmin, em 31 de março de 2018, até hoje opera ociosa, uma vez que seu traçado termina num ponto distante do aeroporto, o que obriga os passageiros a andar por passarela e escadas e ainda pegar um ônibus para chegar a um dos três terminais de Cumbica.

Doria chegou a classificar a obra como “bizarra”, em entrevista concedida em janeiro deste ano.

O governador afirmou nesta segunda-feira que “não faz sentido” uma obra que se destina a levar os passageiros até Cumbica não conseguir deixar os passageiros nos terminais.

“Teremos uma solução que acabará com a questão dos passageiros subirem escadas com malas e que os levará até os terminais 1, 2 e 3 do aeroporto de Cumbica”, afirmou.

Doria disse que a solução está perto de ser implementada e que contou com o apoio decisivo do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, uma vez que é a União quem concede à iniciativa privada a concessão do aeroporto, que está nas mãos da companhia GRU Airport.

Um dos fatores que impediu que o trem chegasse até os terminais foi a decisão da concessionária de construir um shopping center onde o

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/04/2019

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: MPs sobre energia e FGTS devem passar

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana quatro projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o **Valor Política**.

No Senado, tem alta chance de aprovação o projeto de lei que dá prazo de 30 dias para realização de exames, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), para diagnosticar se o paciente está com neoplasia maligna. Os planos de saúde terão no máximo 120 dias para realizarem cirurgias neste casos, independentemente da modalidade do plano.

Já na Câmara, que realizará sessões somente até quarta-feira por causa do feriado de Páscoa, a prioridade é a discussão, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), da reforma da Previdência. No entanto, a emenda do orçamento impositivo terá prioridade na tramitação na CCJ.

Por conta da análise da reforma na comissão, o plenário deve ficar esvaziado e com poucas votações, mas, entre os itens pautados, três têm alta probabilidade de aprovação nos próximos seis meses.

São duas medidas provisórias (MP), para viabilizar a privatização de distribuidoras de energia da Eletrobras e para regulamentar a aplicação de recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) em entidades hospitalares filantrópicas que participem do SUS. O outro é um projeto para criar procedimentos de gestão compartilhada para acompanhamento orçamentário, financeiro e físico da execução de obras e serviços.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou as 19 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado (as comissões ainda não foram instaladas e, portanto, não têm pauta). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Economia

Autor: Tânia Monteiro Adriana Fernandes

Título: Governo pretende alterar política de preços da Petrobrás

Uma das propostas apresentadas é reduzir a autonomia da gerência de comercialização da companhia para conceder reajustes do diesel

O governo estuda algumas propostas para resolver o impasse em torno da decisão do presidente Jair Bolsonaro de mandar a Petrobrás suspender o reajuste dos preços do óleo diesel. Uma das medidas apresentadas é a redução da margem de autonomia para a gerência de comercialização da companhia conceder o reajuste. Também está sendo cogitada a ampliação do número de pessoas a serem consultadas para alteração dos preços. Ontem, depois de reunião com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, afirmou que ainda não há uma decisão sobre manter o reajuste no preço do óleo diesel, mas acrescentou que a empresa é “livre”.

Está marcada para hoje uma reunião de Bolsonaro com a equipe econômica e representantes da Petrobrás para bater o martelo. “Não tem nenhuma decisão. A Petrobrás é uma coisa, outra é o governo. O governo quer abordar a questão dos caminhoneiros, a Petrobrás tem sua vida própria”, afirmou Castello Branco ao deixar o Planalto. O Estado apurou que também está sendo avaliada uma nova metodologia para cálculo dos reajustes. Uma das ideias seria aplicar em reajustes mensais a média de quatro meses dos preços internacionais. O problema desse mecanismo é que, se o preço cair e a Petrobrás não acompanhar, ela perde mercado para importadores.

Segundo fontes da equipe econômica, não há espaço fiscal para a criação de uma medida que envolva subsídio ao preço do diesel pago pelo Tesouro, como o praticado no governo do ex-presidente Michel Temer. O bloqueio de R\$ 30 bilhões no Orçamento deste ano mostra que não há como bancar um novo “bolsa-caminhoneiro”, asseguram as fontes. Na semana passada, a Petrobrás anunciou reajuste de 5,7% no preço do diesel, mas Bolsonaro determinou a suspensão do aumento. Segundo auxiliares, o presidente sabe que precisa conceder o reajuste pela volatilidade de preço do petróleo e, no momento, quer “entender” a metodologia da empresa. Hoje, a área técnica de marketing e comercialização da Petrobrás tem delegação para realizar ajustes desde que estejam nesta faixa de -7% a +7%.

Fora deste intervalo, as alterações nos preços precisam ser aprovadas pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços, composto pelos diretores de refino e gás, financeiro e de relacionamento com investidores, conforme decisão de junho de 2017. Além de resolver o imbróglio do preço do diesel, Bolsonaro precisou administrar um problema maior: o descontentamento de o ministro da Economia, Paulo Guedes. Bolsonaro foi alertado que a sua interferência na Petrobrás trouxe prejuízos muito maiores do que os R\$ 32,4 bilhões que a empresa perdeu com a queda de suas ações no dia seguinte à intervenção. Ontem, em encontro com Bolsonaro, Guedes defendeu que a política de preços é uma decisão da Petrobrás, cabendo à petrolífera definir a metodologia de reajuste. Os papéis da estatal fecharam praticamente estáveis.

Medidas estruturantes. Bolsonaro quer ainda anunciar o que está chamando de “medidas estruturantes” para o setor de transporte rodoviário, que está enfrentando problemas, agravados no ano passado pela greve dos caminhoneiros. Entraria nesse pacote medidas para o tabelamento do preço do frete. O governo pretende também divulgar medidas que já foram tomadas, como criação do cartão do caminhoneiro, alongamento do prazo para entre 15 e 30 dias para o reajuste do diesel, o maior controle da “indústria” da multa dos pardais, a construção dos locais de repouso nas rodovias e a busca pela conclusão das obras de infraestrutura das principais rodovias nacionais, como a BR 163 e BR 242.

A Petrobrás já havia mudado a política de preços este ano para reajustes a cada 15 dias e estava usando mecanismos de mercado para que a companhia não tivesse prejuízo. O entendimento na equipe de Guedes é que a estatal não pode ter perdas causadas por uma política pública do seu acionista controlador e reajustes mais longos poderiam causar aumentos maiores quando houver elevação do preço do barril Brent. / COLABOROU AMANDA PUPO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/04/2019****Seção: Mercado****Autor: A.F., L.R. e F.C.****Título: Governo aceita dividir pré-sal com Estados**

Na tentativa de angariar apoio na negociação pela reforma da Previdência, o governo admite agora dividir com Estados e municípios recursos que arrecadará com o bônus de assinatura do megaleilão de petróleo do pré-sal, marcado para 28 de outubro. Durante a transição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a prometer dividir esses recursos, mas, diante de dificuldades legais, tentou repartir apenas as receitas futuras, por meio do Fundo Social do pré-sal. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, reconheceu que o governo precisará de medidas legais aprovadas pelo Congresso, incluindo emenda constitucional, para pagar à Petrobrás o acordado na revisão do contrato de cessão onerosa.

Na semana passada, depois de seis anos de negociação, a União fechou os termos da revisão do contrato da cessão onerosa e pagará US\$ 9,058 bilhões à estatal, aproximadamente R\$ 33,6 bilhões. Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo da “cessão onerosa”, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo na bacia. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A estimativa do governo, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris, e, diante disso, a União pretende fazer um megaleilão do volume excedente, o que poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/04/2019****Seção: Internacional****Autor: EFE e AP****Título: Maduro amplia feriado de Páscoa para poupar luz**

Presidente venezuelano também encurtou a semana de trabalho dos funcionários públicos na Venezuela

Entrou em vigor ontem na Venezuela o decreto do presidente Nicolás Maduro que amplia o feriado de Páscoa para toda a Semana Santa. O objetivo da medida é economizar energia elétrica, uma vez que o país ainda sofre as consequências de dois apagões desde março. Uma medida similar foi tomada no carnaval, quando o primeiro blecaute atingiu o país.

Além de tornar toda a Semana Santa feriado, Maduro também encurtou a semana de trabalho do funcionalismo público, que, de agora em diante, irá de

segunda-feira a sexta-feira. Existem na Venezuela 3 milhões de funcionários do setor. Após atribuir, sem oferecer provas, os apagões a uma conspiração dos Estados Unidos, Maduro admitiu publicamente que terá de submeter o país a um racionamento de energia por até um ano.

A hipótese apontada como mais provável para os blecautes, segundo especialistas, é a falta de manutenção, investimento em infraestrutura e fuga de cérebros do setor elétrico. A hidrelétrica de Guri, que abastece a maior parte do país, deixou de funcionar plenamente em março, provavelmente em virtude de um problema nas turbinas. Ameaças.

No front diplomático, autoridades chavistas voltaram a denunciar ontem um suposto complô de Estados Unidos, Brasil e Colômbia para uma ação militar na Venezuela. “Funcionários de EUA, Colômbia e Brasil, que fazem um complô para deslegitimar a vontade do povo da Venezuela com o uso da violência militar, cometem crimes contra a humanidade e são responsáveis internacionalmente! Igualmente como ocorre com aqueles ‘venezuelanos’ que se somam a este crime!”, disse a vice-presidente Delcy Rodríguez.

Delcy fez esta acusação ao citar uma mensagem do embaixador da Venezuela na Organização das Nações Unidas (ONU), Samuel Moncada, que afirmou nas redes sociais que, em 10 de abril, houve uma “reunião secreta” em Washington onde foi “planejado impulsionar uma guerra contra a Venezuela”. Ele também não apresentou provas.

O governo de Nicolás Maduro acusa constantemente os EUA e a Colômbia de estarem por trás de planos para derrubá-lo, especialmente depois que os dois países reconheceram o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, como presidente interino da Venezuela. Os governos de Brasil, EUA e Colômbia não comentaram as declarações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Bolsonaro e os caminhoneiros

Na campanha eleitoral do ano passado, o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro manifestou apoio à greve dos caminhoneiros que emparedou o governo, fez a sociedade de refém e causou imensos prejuízos econômicos a todo o País. Agora na condição de presidente da República, Jair Bolsonaro continua a agir como se fosse representante dos interesses dessa categoria profissional, em detrimento dos interesses dos demais brasileiros.

“O presidente está do nosso lado”, comemorou Wallace Landim, vulgo “Chorão”, líder dos caminhoneiros. “Chorão” tem acesso direto ao gabinete do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e foi graças a esse trânsito que, na semana passada, fez chegar ao presidente Bolsonaro a ameaça de nova paralisação caso a Petrobrás consumasse o anunciado aumento de 5,7% no preço do óleo diesel. Como se sabe, no mesmo dia Bolsonaro telefonou para o presidente da Petrobrás e mandou suspender o reajuste.

O custo econômico da interferência do presidente da República na política de preços da Petrobrás já é conhecido – a empresa perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado em questão de horas. Para o País, contudo, o episódio, do ponto de vista político, pode representar um prejuízo ainda maior, pois ficou claro que Jair Bolsonaro ainda se vê e ainda é visto como deputado, e não como presidente. Ou seja, Bolsonaro se julga comprometido com sua base eleitoral, como se fosse apenas deputado, e não com os brasileiros em geral, como deveria fazer o presidente da República.

O episódio do reajuste do diesel pela Petrobrás é um indicativo do quão longe o presidente Bolsonaro pretende ir para preservar o que julga ser seu capital eleitoral. Ao Estado, “Chorão” lembrou que os caminhoneiros trabalharam para a campanha de Bolsonaro e que esse é “um comprometimento que ele tem com a categoria”. Informou ainda que, segundo lhe disseram seus contatos na Casa Civil, os caminhoneiros “sempre terão o respeito e respostas imediatas” do governo.

É bastante incômodo saber que líderes sindicais desse calibre têm tamanha influência sobre a cúpula do Executivo federal. Num passado recente, durante os governos lulopetistas, eram as centrais sindicais ligadas ao PT que desfrutavam da atenção incondicional do governo, gerando uma casta de privilegiados que impôs sua agenda retrógrada e economicamente danosa ao País.

O mesmo parece estar acontecendo agora no governo de Bolsonaro, que, ao justificar a ordem para sustar o aumento do preço do diesel, se disse “preocupado” com os caminhoneiros, a quem prometeu tratar “com o devido carinho e atenção”. Pouco importam os efeitos desastrosos que esse “carinho” terá sobre o País e o conjunto da Nação.

A esta altura, terão efeitos limitados os esforços do ministro da Economia, Paulo Guedes, para reduzir os danos causados pela decisão de Bolsonaro. “Se ele (o presidente) eventualmente fizer alguma coisa que não seja razoável (na economia), tenho certeza de que conseguiremos consertar”, disse Paulo Guedes. É possível, mas o problema de fundo não é a reconhecida ignorância de Bolsonaro sobre como funciona a economia, e sim o fato de que o presidente

parece cada vez mais agir à mercê daqueles que considera seus eleitores – especialmente aqueles que, muito bem organizados, fazem da truculência sua forma preferida de comunicação. Diante do rápido derretimento de sua popularidade, Bolsonaro aparentemente passou a se dedicar com mais afinco a cultivar seu eleitorado fiel, entre os quais julga estarem os caminhoneiros.

O problema é que, ao premiar com “carinho” a truculência dos líderes daquela categoria, o presidente sinaliza que está vulnerável a todo tipo de pressão, especialmente daqueles que julgam estar na base eleitoral de Bolsonaro. É tarefa do presidente da República preocupar-se com um movimento grevista que já se provou extremamente danoso para o País. Mas não cabe ao presidente, em nome desse imperativo, servir como porta-voz das reivindicações dessa ou de qualquer outra categoria profissional.

Ao fazê-lo, Bolsonaro não só demonstra desconhecer a natureza do cargo que ocupa – ele não é procurador de interesses sindicais nem recebeu delegação para entregar a Nação, como refém, aos grupos que acreditam ter chegado com ele ao poder.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Diesel pode levar Caixa a adiar oferta da Petrobrás

Coluna do Broadcast

A Caixa Econômica Federal pode adiar a oferta de ações (follow on) da Petrobrás que a instituição financeira tem em carteira. Após a forte queda dos papéis da petroleira gerada pela decisão do presidente Jair Bolsonaro de conter o aumento do preço do diesel, a receita potencial do banco nessa operação de venda caiu em quase R\$ 900 milhões, diminuindo a oferta para R\$ 8,4 bilhões. Pela cotação registrada uma semana antes, quando os bancos assessores foram contratados para tocar a operação, a cifra passaria dos R\$ 9,3 bilhões. Essa redução de valor tem preocupado a direção do banco e o adiamento da oferta para um momento mais favorável não é descartado. A Caixa detém 2,28% do capital da estatal, sendo 3,24% em ações ordinárias e 0,99% das preferenciais.

» Fogo amigo. A oferta de ações era esperada para maio. Por ora, nenhuma decisão de adiamento foi tomada. A recomendação é acompanhar o comportamento dos papéis até lá. Se o momento não for favorável, a Caixa não descarta postergar a operação. Os responsáveis pela oferta dos papéis da Petrobrás foram contratados há uma semana. Além da própria Caixa, que está

focada em reforçar o seu braço de banco de investimentos, foram selecionados Bank of America Merrill Lynch (BofA), na condição de líder, Morgan Stanley, UBS e XP Investimentos.

COM PATRICK CRUZ, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo prepara pacote que tenta aliviar queixas dos caminhoneiros

Medidas extras abririam espaço para Petrobras reajustar diesel em linha com cotação do petróleo

O governo decidiu compensar os caminhoneiros pelo aumento do preço do diesel com ações no setor de transportes.

Os detalhes serão anunciados nesta terça-feira (16), no Palácio do Planalto. Com isso, o governo espera atender os caminhoneiros evitando interferir na política de preços da Petrobras, o que foi alvo de críticas e impôs uma perda de R\$ 32 bilhões no valor de mercado da empresa na última sexta-feira.

Até a noite desta segunda-feira (15), técnicos ainda trabalhavam nos detalhes das medidas que vão ser lançadas imediatamente.

Entre as ações que deverão ser apresentadas para os caminhoneiros estão a conclusão de obras de infraestrutura das principais rodovias do país, como a BR 163 e BR 242.

Além disso, o governo pretende anunciar a construção de locais de repouso para os caminhoneiros, pleito antigo da categoria.

Na lista de promessas entrará ainda o compromisso de estímulo à criação de cooperativas, de maior fiscalização ao cumprimento da tabela do frete e a desburocratização da documentação dos caminhoneiros, por meio da adoção de notas eletrônicas para o transporte de cargas.

Todas as medidas já fazem parte do pleito da categoria ao governo.

Na apresentação do pacote, os ministros devem repetir ainda ações que já foram anunciadas, como combate à “indústria de multas”, mantra repetido por Bolsonaro durante a campanha eleitoral, além de iniciativas da Petrobras como o cartão caminhoneiro.

Além disso, será enfatizado que a Petrobras já estendeu de sete para 15 dias o intervalo de correção dos preços do diesel. Está na pauta de estudos um alongamento gradual desse prazo para 20 ou 30 dias — e isso dependerá da resposta da categoria às medidas que serão anunciadas nesta terça pelo governo.

Segundo relatos feitos à Folha, a ideia é transmitir a mensagem que o Planalto tem o empenho de atender os caminhoneiros em pautas que vão muito além da questão do diesel.

Nos bastidores, auxiliares do presidente veem como inevitável a flutuação do preço do combustível de acordo com a variação do valor do petróleo no mercado internacional e do câmbio, como é feito hoje. Por isso, será necessário vencer esse descontentamento de outras formas.

A ideia é anunciar medidas de baixo custo e mais fácil implantação que possam melhorar as condições gerais do setor de transporte rodoviário.

Em reunião que durou cerca de quatro horas, nesta segunda-feira (15), seis ministros discutiram soluções para a demanda dos caminhoneiros. Participaram Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Paulo Guedes (Economia), **Bento Albuquerque (Minas e Energia)**, Santos Cruz (Governo) e Floriano Peixoto (Secretaria Geral).

Após a reunião, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, negou que a decisão de desistir do reajuste do diesel represente uma interferência do governo na política de preços da estatal.

Castello Branco afirmou que a estatal é livre para fixar preços de todos os combustíveis.

Em paralelo, auxiliares de Bolsonaro afirmam que o presidente não fará nova investida na política de preços, mas o próprio presidente pediu que técnicos lhe explicassem como funciona a formação dos preços de combustíveis. Uma reunião está marcada para a tarde desta terça-feira.

Castello Branco não disse quando a empresa deverá aplicar o reajuste do diesel congelado na semana passada.

“Vamos decidir quando vai ser reajustado ou não. É uma decisão empresarial, diferente da decisão do governo, de políticas públicas”, afirmou. “O que significa que a Petrobras é livre [para fixar o preço do diesel]”.

“Uma coisa é o governo, outra é a Petrobras”, afirmou Castello Branco.

Bolsonaro admitiu que telefonou ao presidente da estatal, na noite de quinta-feira (11), pedindo explicações sobre o reajuste de 5,7% no combustível.

Castello Branco, no entanto, afirmou que o presidente não ordenou o congelamento do diesel. “A decisão foi tomada pela diretoria da Petrobras”, disse. “Ninguém ordenou que a Petrobras não reajustasse”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Governo federal prevê rombo fiscal maior em 2020

No texto do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020, o governo ampliou a previsão de rombo fiscal para o ano que vem, dos atuais R\$ 110 bilhões de déficit para um resultado negativo de R\$ 124,1 bilhões.

O projeto prevê resultados primários negativos também em 2021 (R\$ 68,5 bilhões) e 2022 (R\$ 31,4 bilhões), quando se encerra o mandato de Bolsonaro. Os números vão contra o discurso de Guedes, que demonstrou a intenção de zerar o déficit neste ano.

O secretário de Fazenda ponderou que os dados são baseados em cálculos conservadores que não levam em conta medidas de ajuste em andamento no governo, como a reforma da Previdência e a privatização da Eletrobras.

“A medida que tivermos ações de ajuste fiscal, esses resultados serão melhorados”, disse.

Entre os pontos apresentados para melhorar a situação das contas públicas está a devolução antecipada de recursos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) ao Tesouro Nacional. O governo negocia um pagamento de R\$ 126 bilhões ainda neste ano.

Em outra frente, com acordo fechado entre União e Petrobras no contrato da chamada cessão onerosa, a equipe econômica espera viabilizar o megaleilão do pré-sal, com bônus de assinatura que chegou a ser estimado em R\$ 100 bilhões.

De acordo com o secretário especial de Fazenda, o governo considera que a assinatura do acordo não depende de aval do Congresso. A visão não é compartilhada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defende a aprovação de um projeto para dar aval à operação.

O contrato da cessão onerosa foi assinado em 2010, como parte de um processo de capitalização da Petrobras, e garantiu à companhia o direito de produzir até 5 bilhões de barris de óleo equivalente na região definida pelo contrato.

Mas, ao longo dos anos, foram identificados volumes muito maiores de reservas nessas áreas, que o governo quer leiloar.

Na redefinição do contrato, a União deverá ressarcir a Petrobras em US\$ 9 bilhões. A decisão viabiliza o leilão, marcado para 28 de outubro.

Waldery ponderou que a efetivação de pagamentos relacionados ao acordo dependem de autorização Legislativo. Será necessário aprovar projetos para que os repasses não estourem o teto de gastos públicos e também para autorizar o crédito suplementar no Orçamento.

Como Guedes se comprometeu a dividir o dinheiro do leilão com estados e municípios, ainda será necessário elaborar uma proposta para autorizar o rateio dos recursos

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/04/2019

Seção: Ilustrada

Autor: Maurício Meireles

Título: Petrobras corta patrocínio de 13 projetos, entre eles Mostra de SP

Anima Mundi e festivais de Brasília e do Rio também estão na lista de eventos culturais afetados neste ano

A Petrobras decidiu não renovar o patrocínio de 13 eventos culturais neste ano, o que inclui a Mostra de Cinema de São Paulo, o Festival do Rio, o Festival de Brasília e o Anima Mundi, entre outros.

A estatal enviou uma lista de projetos cortados como resposta a um requerimento de informação feito pelos deputados federais Áurea Carolina (PSOL-MG) e Ivan Valente (PSOL-SP).

No mesmo documento, a empresa petrolífera informa que seus programas de patrocínio estão em revisão e que, a partir de agora, deve focar projetos de ciência, tecnologia e educação.

Além dos eventos de cinema, também foram atingidos projetos culturais como o Festival de Teatro de Curitiba, o Prêmio da Música Brasileira e o Teatro Poeira, no Rio de Janeiro.

Desde fevereiro, a estatal vinha passando um pente-fino em sua carteira de patrocínios, a fim de reduzir os investimentos que fazia na área cultural. À época, a medida foi anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro no Twitter. “Determinei a reavaliação dos contratos. O Estado tem maiores prioridades”, disse o presidente.

Na semana passada, em audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, o gerente de patrocínios da Petrobras, Diego Pila, afirmou que a estatal honraria os contratos já firmados.

Entre as poucas novas iniciativas que devem ser contempladas, está um edital de R\$ 10 milhões para projetos de música, cujos resultados serão divulgados em breve, de acordo com Pila. Serão 19 iniciativas selecionadas.

A Petrobras já vem reduzindo de forma drástica o seu patrocínio em todas as áreas desde 2011, quando destinou para isso R\$ 350 milhões. Para se ter uma ideia, no ano passado esse número caiu para R\$ 135 milhões.

Se considerarmos apenas o dinheiro investido em cultura, ele foi R\$ 153 milhões em 2011 e, no ano passado, despencou para R\$ 38 milhões. No ano do auge, a estatal chegou a financiar 336 projetos culturais. No ano passado, elegeu só 30.

Para este ano, a estatal chegou a ter um orçamento de R\$ 180 milhões aprovados para a comunicação, o que inclui as ações de patrocínio cultural. Mas esse valor teve um corte de quase 30% e deve ficar R\$ 128 milhões.

A redução no patrocínio da Petrobras afeta em cerca de 25% o orçamento da Mostra de Cinema de São Paulo, por exemplo, marcada para acontecer entre os dias 17 e 30 de outubro.

“Ela vai acontecer, mas talvez tenhamos que cortar coisas que não atinjam tanto o público, como passagens aéreas de convidados”, diz Renata de Almeida, diretora do evento. “Vamos agora equacionar para ver como será.”

Ela afirma que recebeu uma ligação da estatal com a informação do corte do patrocínio. Agora, diz, espera contar com o apoio do Sesc, do Itaú Cultural, da Sabesp, da CPFL e da Spcine para manter a programação. No ano passado, o orçamento do evento foi de cerca de R\$ 4 milhões.

O temor, afirma Renata, é a incerteza quanto ao futuro da Lei Rouanet. Isso porque tanto o apoio vindo do Itaú quanto o da CPFL vêm sob a forma de recursos incentivados, que são alvo de discussões no Planalto. O presidente Bolsonaro anunciou que pretende estabelecer um teto aos projetos que captam esse tipo de verba.

Já no caso do Anima Mundi, a estatal já chegou a representar até 50% do orçamento total do evento voltado para animação. Nos últimos anos, como em todo o resto, vinha reduzindo drasticamente sua participação. No ano passado, contribuiu com R\$ 700 mil.

“É um buraco no orçamento que a gente vai ter que cobrir de algum jeito. Mas há a questão do timing. O festival já é em julho, temos poucos meses para tapar [o buraco]. Um festival do tamanho do Anima Mundi demora mais de um ano em produção”, diz César Coelho, diretor do evento.

Várias estatais com participação no financiamento cultural têm revisto patrocínios.

O BNDES cortou em 40% sua verba para a área, que caiu de R\$ 8 milhões para R\$ 5 milhões neste ano. O dinheiro disponível deve ser destinado só a literatura. O banco só não disse se, como em outros anos, reservará parte do orçamento para projetos convidados.

Colaborou Guilherme Genestreti

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Economia

Autor: JUSSARA SOARES, MANOEL VENTURA, BRUNO ROSA E MARCELLO CORRÊA

Título: Aceno ao caminhoneiro

Governo terá pacote de medidas que incluem crédito e obras em estradas

BRASÍLIA E RIO- Enquanto não chega a uma solução para o impasse em torno do preço do diesel, o governo anunciará hoje um pacote de medidas que representa um aceno aos caminhoneiros e busca dispersar qualquer possibilidade de uma nova greve da categoria. As ações incluem, entre outras coisas, aumento da fiscalização do cumprimento da tabela do frete, construção de locais de repouso nas rodovias com pedágio, lançamento de uma linha de crédito do BNDES e a conclusão de obras de infraestrutura nas principais rodovias nacionais, como a BR-163, que liga o Pará ao Rio Grande do Sul, e a BR-142, da Bahia ao Mato Grosso.

As medidas em estudo incluem ainda incentivos a cooperativas de caminhoneiros, medidas para desburocratizar a obtenção de documentos e o Cartão Caminhoneiro, que já havia sido anunciado. O sistema deve entrar em

funcionamento em 90 dias e permitiria que o motorista comprasse antecipadamente até 500 litros. O combustível poderá ser usado conforme a necessidade do motorista. A ideia é tentar se proteger das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

O Planalto também avalia garantir aos caminhoneiros um controle maior do que o próprio presidente chama de “indústria da multa dos pardais”. No fim de março, Bolsonaro anunciou em sua rede social o cancelamento da instalação de mais de 8 mil radares eletrônicos em estradas do país e que contratos serão revisados para se ter certeza de sua real necessidade.

‘PETROBRAS É LIVRE’

De tarde, as medidas favoráveis aos caminhoneiros foram a pauta de um encontro que contou com os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni; da Economia, Paulo Guedes; da Infraestrutura, Tarcísio Gomes; de **Minas e Energia, Bento Costa**; da Secretaria de Governo, Santos Cruz; e da Secretaria Geral, Floriano Peixoto, além do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, o Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Décio Oddone e, por meio de videoconferência, o presidente do BNDES, Joaquim Levy.

Chegou a ser cogitada uma mudança na periodicidade do reajuste do diesel, que poderia passar a ser mensal. Até a noite de ontem, porém, não havia definição se a medida seria levada adiante. Esta alternativa desagradou à equipe econômica, que defende um caminho de não intervenção nos preços da Petrobras. Em março, a Petrobras já havia modificado o intervalo mínimo previsto entre revisões de preço para 15 dias. Hoje, Bolsonaro deve discutir com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ministros e técnicos, uma solução para o preço do combustível.

Na semana passada, a estatal suspendeu um reajuste de 5,7% após um telefonema de Bolsonaro. Somente na sexta-feira, a estatal perdeu R\$ 32 bilhões em valor de mercado na Bolsa, com a interpretação de que se tratava de uma intervenção na política de preços da companhia. Ontem, os papéis da companhia fecharam quase estáveis, com leve queda de 0,07% no caso dos papéis ordinários (com voto).

Após a repercussão negativa no mercado do episódio, integrantes do Planalto adotaram o discurso que a decisão de segurar o reajuste foi da própria estatal. E asseguraram que as soluções apresentadas não têm como foco dispersar possíveis focos de greve.

Após a reunião de ontem, o presidente da Petrobras disse que a empresa é livre para tomar suas decisões e evitou comentar se o aumento poderia ser aplicado nos próximos dias.

— Petrobras é uma coisa. Outra é o governo. O governo quer abordar a questão dos caminhoneiros. A Petrobras tem sua vida própria — disse Castello Branco.

— Vamos decidir quanto vai ser reajustado, ou não. É uma decisão empresarial.

Diferentemente da decisão do governo, que é de políticas públicas. A Petrobras é livre.

O executivo evitou comentar se a periodicidade do reajuste poderia ser mensal, se limitando a dizer que se trata de “decisão operacional”. E negou que tenha havido uma intervenção do governo na política de preços da companhia.

— Não (é intervenção), porque a decisão foi tomada pela diretoria da Petrobras. Não foi... ninguém ordenou à Petrobras que reajustasse — frisou.

‘NÚMEROS NA MESA’

Segundo fontes a par das discussões, a Petrobras poderia segurar por mais tempo o reajuste do diesel se forem mantidas as cotações atuais do câmbio e do barril de petróleo. O tema central da reunião foi a busca de soluções para os caminhoneiros.

— A estatal poderia segurar por até mais duas semanas devido a ações de hedge (proteção) — disse uma fonte.

De acordo com um dos participantes do encontro, o governo quer que as regras já anunciadas para a categoria sejam postas em prática. Um dos tópicos discutidos foi um frete mínimo para a categoria, um dos pontos que deverão ser analisados.

Segundo a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), líder do governo no Congresso, o governo quer colocar “todos os números na mesa” para saber se o reajuste do diesel é justo ou não. Ele estaria preocupado com o tamanho do aumento em relação à inflação.

— Vocês podem ter essa certeza, não haverá política intervencionista nesse governo — disse Joice, que não descartou a hipótese de nova paralisação.

— Risco de tudo sempre há nesse país, né? Eu vejo que o presidente está tratando com cuidado isso, acho que o presidente sabe o que faz.

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/04/2019****Seção: Economia****Autor: JOÃO SORIMA NETO****Título: 'Para autônomo, tabela de frete e tiro no pé'**

Entrevista : Maurício Lima, sócio da consultoria Ilos

São Paulo- Um ano após a greve dos caminhoneiros, o tabelamento do frete criou distorções no mercado de transporte de cargas. A avaliação é de Maurício Lima, sócio-diretor da consultoria Ilos, especializada em logística.

Que balanço é possível fazer da tabela de preço mínimo do frete, uma das reivindicações dos caminhoneiros na greve de maio passado?

A tabela é muito ruim tecnicamente e criou muitas distorções no mercado. Para muitos autônomos, foi um tiro no pé. Tem casos em que os valores não estão sendo cumpridos, porque é simplesmente impossível. Muitos continuam excluídos do mercado. Uma carga que sai de São Paulo para Recife tem frete de R\$ 12,5 mil a R\$ 13 mil, em média.

Na volta, a tabela estabelece que se pague o mesmo valor. Ninguém paga. O valor da “descida” de carga do Recife para São Paulo, antes do tabelamento, era R\$ 7 mil, porque há menos fluxo de carga do Nordeste para São Paulo. Muita gente usa a cabotagem e embarca a carga no Porto de Suape até Santos, o que é mais barato.

Que outros problemas o tabelamento do frete criou?

Não há distinção de preço para cargas transportadas em caminhões novos e com mais de 30 anos de uso. Por isso, muita gente deixa de fazer o transporte com o autônomo e faz com uma transportadora, que tende a oferecer um serviço melhor. Para uma carga frigorificada ou de produtos perigosos o valor do frete é

mais baixo que o da carga comum. Para a indústria de cimento, quando se aplica a tabela, o frete fica 100% mais caro em alguns casos. E a maioria é feita por autônomos, em veículos antigos.

A recuperação fraca da economia diminuiu a demanda por transporte de cargas?

Este ano, curiosamente, estamos vendo o contrário. A demanda cresceu pouco mais de 6% em janeiro e fevereiro. Poderá cair um pouco em março, por conta do carnaval, mas deve fechar o primeiro trimestre com crescimento de 5%. Mas

mesmo com esse aumento, o mercado de autônomos é muito pulverizado, com mais de 600 mil motoristas, e por isso há demora para repassar esse movimento ao preço do frete.

As transportadoras estão adquirindo frota própria para fugir da tabela?

Sim, algumas empresas estão adquirindo caminhões próprios. Mas não são muitas. Há um mercado de locação de caminhões que está crescendo. O problema é que, com a crise econômica nos últimos anos, a indústria de caminhões caiu de um patamar de 170 mil unidades produzidas por ano para cerca de 50 mil. Hoje, há fila de espera para ter um caminhão novo.

O aumento do preço do diesel é um fator de risco para a greve?

O valor do diesel corresponde a 25% do valor do frete. Um aumento de 10% no combustível implica reajuste de 2,5% do frete. Então, só aumentos superiores a 10% farão grande diferença no valor do frete. Desde 2013, o diesel subiu pouco mais de 8%. Então, acho que existe mais um temor do mecanismo de aumento do que do aumento em si.

Nova greve é possível?

Quando a demanda de transporte por carga está baixa, é mais difícil fazer greve. Quando a demanda cresce, o ambiente fica mais fértil. Há uma falta de liderança nos caminhoneiros. Nem todos estão descontentes, só aqueles que não conseguiram obter vantagem com o tabelamento do frete.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Economia

Autor: GUSTAVO SCHMITT E ANA PAULA RIBEIRO

Título: Maia: suspensão do reajuste do diesel é 'percalço'

Presidente da Câmara afirma que, em um mercado que usa a cotação internacional como referência, tal medida pode trazer prejuízos muito maiores do que não subir preço do combustível a curto prazo

SÃO PAULO- O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), alertou ontem sobre os prejuízos que uma política de intervenção nos preços dos combustíveis pode causar ao país. Ele classificou a suspensão do reajuste do diesel, determinada na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro, como "percalço".

— A agenda econômica está muito bem formatada, com alguns percalços, como o problema do preço do óleo diesel. Esperamos que se encontre uma solução. Um erro desses, em um mercado onde a referência do preço é internacional, pode gerar prejuízos muito maiores do que a simples decisão de não mexer no preço a curto prazo — disse Maia, em fórum promovido pelas revistas Veja e Exame sobre os primeiros cem dias de governo.

Na sexta-feira, as ações da Petrobras caíram mais de 8% após a suspensão do reajuste. Hoje Bolsonaro deve se reunir com a direção da estatal. Maia ressaltou que a solução não será fácil. Em sua avaliação, caso Bolsonaro autorize o reajuste, haverá repercussão negativa entre os caminhoneiros. Se mantiver a suspensão, há o custo fiscal: — O presidente Michel (Temer), quando deu um subsídio, tinha seis meses para acabar o governo, e isso custou R\$ 10 bilhões. Bolsonaro tem três anos e nove meses de mandato. Vai sustentar esse subsídio? Amanhã é para o diesel, mas por que não para o meu carro? Isso tem mais consequências negativas que positivas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Investidor está desanimado

Houve uma queda de valor de mercado da Petrobras que pode ser revertida rapidamente, e o governo está formatando uma saída para atenuar o que houve. Ontem, o presidente da estatal, ao sair da reunião no Palácio, disse que a empresa é livre para reajustar os preços. O problema de curto prazo pode ser resolvido. Mas a intervenção nos preços da companhia, na sexta-feira, confirmou a desconfiança que os mais seniores no mercado financeiro e os investidores da economia real têm neste momento. Há temores e dúvidas sobre a capacidade de a atual administração superar a crise econômica, e isso se reflete nas projeções de crescimento cada vez menores. Ontem o Banco Central divulgou uma queda de 0,73% no índice de atividade de fevereiro.

Frases feitas do presidente Bolsonaro como “não entendo de economia” ou “tudo é com o Posto Ipiranga” só conseguem tranquilizar os jovens operadores do mercado. Conversas com pessoas mais graduadas revelam que tem havido muita saída de dinheiro do país e muita hesitação em apostar realmente em novos empreendimentos, por causa do conjunto de sinais negativos do governo.

Evidentemente nenhum presidente precisa ser especialista em economia, ou em educação ou em saúde, ou em transportes, ou em meio ambiente. Mas tem que ter capacidade de compreensão de assuntos complexos para a tomada de

decisão. Até para delegar é preciso entender o que está entregando. A intervenção no preço do diesel foi apenas uma peça que tornou o todo bem coerente. Bolsonaro é o que sempre foi. Tem um conhecimento raso dos vários assuntos que precisa dominar para governar e preserva intacta a sua crença no intervencionismo econômico.

Apesar de ter como bordão que na dúvida, diante da sua incapacidade de entender economia, ele consultaria o ministro da Economia, ele não o fez. Decidiu por impulso, com o chefe da Casa Civil, um assunto que obviamente é econômico. A questão é que, ao contrário do que diz, não delegou a economia a Paulo Guedes. Da mesma forma que não delegou a questão da segurança a Sérgio Moro. Tanto que revogou a escolha de Moro por uma integrante suplente de um conselho. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, vendeu uma versão ontem à tarde que contraria todos os fatos que o país viu na sexta-feira. Segundo ele, não houve intervenção na Petrobras.

Não é tão difícil consertar esse problema do preço do diesel. Difícil é entender por que já não o fizeram. Esse era um encontro marcado. Durante a campanha eleitoral, a imprensa cansou de perguntar sobre a fórmula de reajuste que ele usaria para o diesel, dado que a do ex-presidente Temer caducaria no fim de dezembro. Os especialistas no tema deram muitas entrevistas com alertas sobre a necessidade de resolver isso em tempo. Tudo ficou mais urgente quando os preços internacionais do petróleo começaram a subir. Era, portanto, uma questão de tempo para que os caminhoneiros confrontassem os reajustes. O governo poderia ter formulado, assim que foi eleito, uma política que desse aos caminhoneiros o conforto de não ter que conviver com altas sucessivas do combustível e ao mesmo tempo preservasse a liberdade de decisão da Petrobras. O governo ignorou a complexidade e a urgência do assunto porque quis. Não faltaram avisos.

Perda de valor de mercado, recupera-se. Desconfiança dos investidores da economia real é mais difícil de mudar. A dúvida sobre o Brasil vai além da reforma da Previdência. Mesmo se ela for aprovada com poucas alterações, e garantir uma economia importante nos próximos dez anos, as contas públicas continuarão sendo um problema.

O governo tem colecionado derrotas até na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Imagina como será na Comissão Especial. Os militares são a única categoria que pode ter aumentos salariais no ano que vem, como explicou ontem a equipe econômica na apresentação do PLDO.

O presidente tem sido incapaz de gerenciar a coalizão, tem dado sinais contraditórios na economia e tem criado conflitos sem qualquer ganho visível. A retração que houve na atividade de fevereiro, divulgada ontem pelo BC, de

0,73%, é mais um sinal que se soma a outros dados negativos deste começo de ano.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Única saída aceitável para o diesel é técnica

Inadmissível que a política de preços dos combustíveis não seja transparente e bem fundamentada

O desastrado telefonema dado pelo presidente Bolsonaro para a Petrobras, com a determinação de suspender um aumento já anunciado para o diesel, apanhou o ministro da Economia, Paulo Guedes, em viagem aos Estados Unidos, e surpreendeu os mercados. Efeito inevitável, o valor de Bolsa da Petrobras, calculado pela cotação de suas ações, caiu em um dia R\$ 32 bilhões. A gravidade da intervenção do presidente, em sentido oposto à linha liberal da política econômica do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, e referendada por ele mesmo, degradou as expectativas dos agentes econômicos. Isso no momento em que analistas do mercado financeiro, segundo sondagem semanal do BC (Relatório Focus), reduzem pela sétima vez consecutiva as estimativas de crescimento da economia para este ano — de 1,97% para 1,95%.

Enquanto esperam que a inflação (IPCA) suba de 3,90%, estimativa de uma semana atrás, para 4,06%, mais próxima do centro da meta para este ano, de 4,25%. As implicações da iniciativa justificaram o agendamento da reunião, para ontem, do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco. O encontro antecedeu a um outro, marcado para hoje, com o presidente Bolsonaro, estando presente o ministro Paulo Guedes. Espera-se que o presidente não apenas compreenda a gravidade do que aconteceu, bem como concorde que não há alternativa a não ser o estabelecimento de uma política de preços — não apenas para o diesel, mas para todos os combustíveis —, com fundamentação técnica e transparente.

É compreensível que um setor durante muito tempo condicionado pelos interesses de uma empresa monopolista, a Petrobras, carregue distorções e ainda zonas obscuras nos mecanismos de formação dos preços. Afinal, se a exploração e a produção de petróleo já há tempos têm a participação de empresas privadas, estrangeiras e nacionais, o refino é virtualmente dominado pela Petrobras, e na distribuição existe um oligopólio. Outro aspecto a ficar claro para o Planalto é que este curto-circuito está sendo acompanhado com atenção por investidores internos e externos, para calibrarem o grau de

confiança nas promessas liberais do governo, das quais dependerão decisões de investimentos pesados.

Que poderão ser feitos ou não. Para começar, no próprio refino — se não há regra clara para os preços, ninguém entrará na atividade. E sem isso não haverá concorrência. Em entrevista publicada ontem no “Valor Econômico”, o presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, afirma que até mesmo a forma com que a estatal divulga seus preços é incompleta. No entender de Oddone, se a iniciativa privada entrar no refino e houver clareza na formação dos preços, “damos um passo gigantesco”. Muita coisa está em jogo nas reuniões de ontem e de hoje.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Reféns do senso comum

A decisão do presidente Jair Bolsonaro de intervir na Petrobras, proibindo o aumento do óleo diesel programado pela estatal, está gerando apreensão não apenas no campo econômico do governo, liderado por Paulo Guedes, mas também nos setores militares que cuidam das questões de segurança. A certeza é de que o governo não pode ficar refém dos caminhoneiros, mesmo que avaliações políticas do Chefe do Gabinete Civil, Onyx Lorenzoni, tenham pesado mais na decisão presidencial do que a política de preços que vem sendo adotada pela Petrobras desde o governo Temer. A estatal só se recuperou da crise em que foi jogada pelas ações populistas dos governos petistas, principalmente no mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, porque adotou uma política de preços alinhada ao mercado internacional.

As reuniões que começaram ontem e vão até hoje, em que estão presentes o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e o ministro da Economia, Paulo Guedes, buscam compatibilizar o senso comum do presidente com as necessidades técnicas da Petrobras de se manter competitiva no mercado internacional. Um busca otimizar a performance econômica do governo, outra procura se alinhar com seu eleitorado, que se sente explorado pelos preços da gasolina e do óleo diesel cobrados nas bombas. Uma atenção especial, no entanto, precisa ser dada à questão do ICMS, que encarece o preço do óleo diesel e da gasolina para o consumidor. No diesel, as alíquotas mais altas são as do Amapá (25%) e Maranhão (20%).

Sete estados utilizam a tarifa de 12%, a menor permitida por lei: Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio

Grande do Sul. O Rio a reduziu de 16% para 12% depois da greve dos caminhoneiros. O presidente Jair Bolsonaro colocou em seu Twitter ontem uma comparação com a média dos preços da gasolina cobrados em vários países do mundo e os do Brasil, para demonstrar que cobramos muito acima: R\$ 0,84 contra R\$ 4,00 por litro. Esse é um raciocínio que reflete o senso comum que se espalha pelo Twitter e outras mídias sociais.

Só que Bolsonaro se esqueceu do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias), que eleva os preços nas bombas, pois a gasolina e o diesel são vendidos pela Petrobras por um preço abaixo, que chega às bombas muito mais caro. O Rio sempre foi o estado com maior ICMS sobre a gasolina, atualmente de 34%. O querosene de aviação também é muito mais taxado no Rio do que em São Paulo, por exemplo. Somente uma reforma tributária, que está prevista como desdobramento da reforma da Previdência, poderá resolver esse problema, dentro de um novo pacto federativo que distribua melhor os impostos entre estados e municípios.

Censura

A decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes de mandar retirar do site O Antagonista e de sua revista “Crusoé” uma reportagem sobre o presidente do STF, ministro Dias Tofolli, é de uma gravidade sem precedentes em tempos democráticos. Ele alega que não houve censura prévia, como se houvesse diferença entre censuras. A reportagem informava que Marcelo Odebrecht revelou em depoimento a que os sites tiveram acesso, que era Tofolli o “amigo do amigo de meu pai”, como se referia ao então advogado-geral da União, amigo de Lula.

A Procuradoria-Geral da República negou que a informação fosse verdadeira, e baseado na declaração formal da PGR, Moraes mandou que a reportagem fosse suprimida. Os sites reafirmam a veracidade da informação. Se o objeto da denúncia fosse um cidadão comum, iria à Justiça pedir reparação. Mas o ministro Dias Tofolli parece que não é uma pessoa comum.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Colunas

Autor: José Casado

Título: O custo da desconfiança

Insone, Jair Bolsonaro tem passado os dias caçando fantasmas do comunismo, sepultado há três décadas. Agora resolveu renovar a fé no socialismo de direita, jabuticaba descrita pelo humorista Millôr Fernandes. Bolsonaro reinaugurou o

sistema de controle de preços em privilégio da minoria de empresários e profissionais autônomos cujos lucros oscilam com o preço do diesel da Petrobras. Uma iniciativa de clientelismo antimarxista, replicando práticas dos adversários Lula e Dilma, que levaram a empresa à bancarrota. Na quinta-feira, ele ouviu preocupações do chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, neoconservador gaúcho, com as finanças dos “caminhoneiros” — pessoas físicas e jurídicas.

O governo já os atendera em março, impondo reajustes quinzenais à Petrobras. Desta vez, rejeitavam o aumento (5%). Onyx sugeriu, Bolsonaro chamou o presidente da petroleira e revogou a mudança. O telefonema foi breve, mas suficiente para colocar o governo na lista de exemplos da teoria do caos aplicados à política: pequenas mudanças podem provocar efeitos imensuráveis e imprevisíveis, como mostrou o cientista Edward Lorenz há 56 anos. A renovação da fé de Bolsonaro no socialismo de direita se traduziu em perdas (US\$ 8 bilhões) para a Petrobras num só dia. Numa conta de padeiro, é mais que o dobro da dinheirama que Michel Temer gastou no ano passado com subsídios às empresas e profissionais caminhoneiros.

Incalculável e perene é o custo da desconfiança política que o presidente e seu chefe da Casa Civil semearam no próprio governo. Por que um investidor, nacional ou estrangeiro, agora deveria acreditar e apostar seu dinheiro na ilusão de uma economia liberalizada ou de uma Petrobras autônoma? Onyx, conservador num partido que se diz liberal (DEM), escancarou a luta pelo poder. O desfecho é imprevisível, mas já se sabe que para Paulo Guedes, ministro da Economia, nada será como antes —a não ser que acabe aderindo ao socialismo de direita.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: QUEM DIRIA? O PT APOIOU BOLSONARO

Dilma soltou nota em que, na prática, apoia Bolsonaro por intervir no preço do diesel. Diz que ao atrelar o preço interno ao de fora e ao dólar a estatal favorece “a sanha de lucro no curto prazo do mercado financeiro e de seus acionistas privados”. É. Pode ser.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 16/04/2019****Seção: Política****Autor: Rodolfo Costa/Simone Kafruni****Título: Para acalmar caminhoneiros**

As propostas que serão anunciadas pelo governo, hoje, podem acalmar os caminhoneiros e facilitar o trabalho de alguns dos principais líderes dos transportadores autônomos, que vêm intervindo e esfriando os ânimos dos mais revoltados desde 30 de março. A promessa de aumento da fiscalização do cumprimento da tabela do frete e a construção dos locais de repouso nas rodovias com pedágios agradam. A segunda, por sinal, sugere o compromisso de também supervisionar o cumprimento das 8h de trabalho diárias, com possibilidade de 2h extras. As duas medidas são, atualmente, as principais cobranças da categoria.

O piso mínimo de frete é a solução avaliada como a melhor para socorrer os caminhoneiros. É uma espécie de tabelamento do frete, valor recebido por tonelada transportada para custear as despesas no caminho. A medida foi proposta e sancionada pelo então presidente Michel Temer em 2018, mas os autônomos sustentam que poucas empresas cumprem a determinação, que, embora esteja em vigor, tem a constitucionalidade questionada no Supremo Tribunal Federal (STF).

A fiscalização do tabelamento mínimo do frete impõe, ainda, outro desafio aos caminhoneiros. A bancada ruralista é terminantemente contrária. O governo terá de traçar uma estratégia política sobre como resolver o problema e acalmar os caminhoneiros sem interferir em uma bancada fiel ao Planalto. Mas não será fácil. No parlamento, o Centrão testa o poder do governo e promete endurecer o diálogo. “É aí que vamos ver o poder da Tereza (Cristina, ministra da Agricultura). Foi escolhida pela bancada (ruralista), mas é agora que vamos ver quantos votos ela tem para falar com a gente”, ponderou um líder do Centrão.

O caminhoneiro Wallace Landim, um dos principais líderes da greve do ano passado, sustenta que a categoria cobra nada além do que o cumprimento das leis. “Vamos continuar batalhando pela fiscalização da jornada de trabalho e pelo piso mínimo, com gatilho de 10% da tabela para cima ou para baixo conforme o reajuste do diesel nesse patamar”, frisou.

Para especialistas, o modelo do tabelamento, entretanto, não é o ideal. Além de o mercado não aceitar o piso mínimo, a medida não equilibra o excesso da oferta com a demanda, avalia um estudo do Boston Consulting Group. “A tabela apresenta uma complexidade grande de implementação, causa distorções no

modelo competitivo existente e não resolve a causa raiz do problema, de atual excesso de capacidade de transporte rodoviário, representando, no fim das contas, mais um elemento de complexidade na já ineficiente cadeia logística do país”, destacou o estudo.

Descanso

O levantamento destacou que existem no mercado 450 mil caminhões e 582 mil semirreboques, distribuídos entre veículos de autônomos e de transportadoras. No longo prazo, sustenta Patricia Agra, sócia do L.O. Baptista Advogados, o piso mínimo acaba fortalecendo as grandes transportadoras e desfavorecendo os autônomos. “Se o preço é tabelado, você vai preferir uma grande empresa, reconhecida, com marketing, e não pagar o mesmo preço pelo serviço do José da Silva com seu caminhãozinho ali da esquina, não é mesmo?”, questionou. “Ainda que suba o preço do autônomo, ele vai acabar perdendo mercado.”

A fiscalização da jornada de trabalho é, assim, a melhor solução para o setor, pondera o caminhoneiro Ivar Schimidt, líder do Comando Nacional do Transporte. Hoje, os transportadores autônomos rodam, em média, 16h por dia. “Com o cumprimento das 8h, os caminhões vão demorar mais a chegar de um ponto a outro, de forma que, nos pontos de carga e descarga, haverá menos caminhões sobrando”, ponderou. No longo prazo, a tendência, avaliou, é de aumento do frete. A fiscalização, entretanto, deveria, nesse caso, ser feita em todo o país, com multas a quem não cumpre, para estimular que os trabalhadores cumpram a chamada Lei do Descanso.

O presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Vander Costa, destacou que a Lei do Descanso do caminhoneiro foi saudável e reduziu acidentes. Alertou, no entanto, que, por si só, não vai regular o mercado. “Hoje, quase a totalidade das empresas de transporte cumprem”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/04/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Ibovespa sobe 0,22%

Após o mal-estar do mercado gerado pela interferência de Jair Bolsonaro na Petrobras, o ministro da Economia, Paulo Guedes, se reuniu com o presidente para discutir opções ao aumento do diesel e à ameaça de greve dos caminhoneiros. O mercado não teve reações muito expressivas à reunião, e o principal índice da B3 passou por leve variação de 0,22%, fechada aos 93.082 pontos.

Depois de terem caído entre 7% e 8% na sexta-feira, as ações tentaram reagir, mas a empresa recuperou só R\$ 410 milhões dos R\$ 32 bilhões perdidos, segundo o economista Pablo Spyer, da Mirae Asset. O dólar fechou em queda de 0,53%, cotado a R\$ 3,869.

“O presidente cedeu a pressões sem consultar o ministro da Economia. É um presidente no início do mandato, e já está cedendo sem negociar saídas. Isso é decepcionante para o mercado”, explicou Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos.

Romero Leite, assessor da Valor Investimentos, disse que o mercado está otimista, mas receoso em demonstrar as expectativas expressivamente: “Acredito que o que ocorreu na semana passada foi uma falta de comunicação do governo, e o mercado já absolveu e precificou isso. O mercado está otimista, principalmente no que tange à reforma da Previdência”.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/04/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Brasil: refém do asfalto

Visão do Correio

A greve dos caminhoneiros em maio do ano passado deixou recado claro: o país é refém do modal rodoviário. Sobre quatro rodas se transportam 65% da riqueza nacional. Se os motoristas cruzam os braços, o Brasil para. O governo Michel Temer pagou para ver. Viu. A paralisação pôs o pé no freio do crescimento econômico e fez o Produto Interno Bruto desabar, a ponto de encerrar 2018 com avanço de minguido 1,1%, nada para um país com tantas demandas sociais.

A reprise da história estava sendo ensaiada desde março — ameaça detectada pela Abin. Alertado, o Planalto cedeu a pressões do setor. O reajuste do diesel, que era diário, passou a ter prazo não inferior a 15 dias. A Petrobras e a BR Distribuidora criaram o cartão-caminhoneiro, para atenuar o impacto da majoração por algum tempo. O governo propôs o aumento de 20 para 40 pontos no limite de infrações permitidas na CNH e estuda mudanças no valor do frete.

Foi além. Na quinta-feira, o site da petroleira publicou o acréscimo de 5,7% no preço do diesel. Bolsonaro (sem ouvir o ministro da Economia) — aconselhado

por assessores de que a intervenção na empresa seria menos prejudicial que uma greve dos caminhoneiros — ligou para Roberto Castelo Branco, presidente da estatal, e pediu que o aumento fosse temporariamente suspenso. A medida acarretou perda de R\$ 32 bilhões à Petrobras, trouxe incertezas ao mercado e instalou clima de imprevisibilidade no setor.

Análise fria do imbróglio deixa uma certeza: ainda que a equipe encabeçada por Paulo Guedes encontre uma saída para a crise, a resposta será temporária. O Brasil paga a fatura de opções erradas feitas no passado, que tornaram o país refém do modal rodoviário. À medida que a industrialização nacional avançava, o asfalto foi ganhando a preferência tanto no transporte de passageiros quanto no de cargas.

Juscelino Kubitschek, na segunda metade do século passado, acelerou o processo. Deu enorme impulso à indústria automobilística e deixou em segundo, terceiro ou quarto plano a cabotagem e as ferrovias. Os militares, que assumiram o poder em 1964, também contribuíram para reduzir a malha de trens. Resultado: subverteu-se a lógica. Caminhões — que deveriam responder por distâncias de até 400 quilômetros, deixando para o trem trechos mais longos — imperam sem concorrência nos 8,5 milhões de quilômetros quadrados do território nacional.

Conhecido o diagnóstico, impõe-se solução duradoura — libertar-se da ditadura do asfalto. Mas ninguém é ingênuo de imaginar que a resposta resultará de uma canetada. Há de investir nos demais modais para que se deem opções ao transporte de cargas e de passageiros. Enquanto isso, uma condição se impõe: é inadiável encontrar saída que mantenha a previsibilidade do setor e a saúde da Petrobras. Empresa, distribuidoras e estados devem firmar um pacto em que cada um ceda no que puder. A planilha de preços dá margem a negociações. Vamos a elas.

MME / ASCOM .